

Moratória. Para Sarney, a única decisão possível

CARLOS CHAGAS

Tenso, mas confiante. Assim estava o presidente José Sarney, ontem, pela manhã. Ele deixou o Palácio da Alvorada pouco antes das 9 horas, indo ao Palácio do Planalto cumprir uma agenda rotineira, onde não se previam reuniões, ou, sequer, despachos com os ministros da área econômica.

Para o presidente, a decisão tomada sexta-feira foi a única possível. Antes que se repetissem os acontecimentos de 1982, quando o Brasil teve de negociar sem reservas e sem caixa, preferiu adotar a suspensão da remessa de divisas para o Exterior. Espera que o prazo seja o menor possível e confia em que os credores externos saberão entender nossa posição. Nossa posição foi gerada pelas necessidades, não poderíamos continuar enviando recursos para fora, indefinidamente, sem a contrapartida de dinheiro novo. Desde que assumiu a presidência, não entrou um dólar novo no Brasil. Negociaremos com quase US\$ 4 bilhões de reservas, em postura bem melhor que a do governo anterior.

Não está contra as críticas. Houve má interpretação das palavras que pronunciou sexta-feira. Insurgiu-se e chamou de traição as críticas de evidente sentido ideológico, feitas pelos que pretendem a desarticulação da democracia brasileira. Não pode aceitar que se divulgue estarem as reservas do Brasil no Exterior limitadas a US\$ 500 milhões. As cifras que apresentou em seu pronunciamento são reais e não há como contestá-las, principalmente se é o chefe do governo que as apresenta, formalmente. Quando assumiu o Palácio do Planalto, as reservas eram de US\$ 7,8 bilhões, constituindo uma injustiça dizer que foram dilapidadas. O governo as utilizou para pagar os juros e o serviço da dívida externa, o que, se continuasse, nos levaria a zero. Por isso tomou a decisão de suspender as remessas.

Queixa-se de que enquanto fazemos indizível esforço para manter o maior crescimento econômico do planeta só encontramos dificuldades lá fora. Os preços de nossos produtos de exportação continuam caindo. Disso seus críticos não falam, mas perdemos, nos últimos tempos, US\$ 4 bilhões. Acontece que precisamos importar, também, e a conta, apesar do nosso crescimento, ia baixando. Assim, a opção não podia ser outra.

O presidente comenta, ainda, que tomou a decisão dentro de um espírito conciliatório, sem pretender choques nem confrontos com ninguém. Poderia ter apelado para práticas populistas, mobilizando a população e enchendo ruas e praças, pois o apelo contra inimigos externos é fácil. Não o fez. Nunca foi de seu estilo. Busca a unidade interna e espera conseguí-la.

Não aceita a acusação de hesitar na tomada de decisões e lembra Roosevelt e De Gaulle, que em seus períodos de poder eram acusados da mesma coisa. Foram os que mais contribuíram para mudar a face de suas nações, e a história lhes faz justiça, hoje.

A situação, para Sarney, está longe de ser sinistra ou catastrófica. Foi muito pior. Saímos de um congelamento de preços com obstáculos sérios a superar, começando pela inflação. Mas a inflação não surge, nem de longe, igual à de outros períodos. Será controlada dentro em pouco. Iniciativas estão por ser tomadas, esta semana, e outras virão, conforme a conjuntura.

Acha injustas as afirmações de que o governo nada faz para reduzir o déficit público. No ano passado foram cortados perto de US\$ 1 bilhão. Acresce que o déficit público não é só federal. O que importa é o Brasil continuar crescendo, não mais a 10 ou 12% ao ano, é claro, mas a 4 ou 5%. Sua preocupação está em manter o nível de empregos e aumentar a renda social. Não há por que interromper os projetos em andamento. As iniciativas que anunciou sexta-feira impedem que possam haver gastos sem o alocamento de recursos. Mas a linha vermelha, prevista para ser implantada no Rio de Janeiro, paralela à avenida Brasil, assim como a Ferrovia do Aço e a ligação ferroviária Norte-Sul serão implantadas. Os recursos virão do setor privado.

Outra observação do presidente refere-se ao FMI. Definitivamente o Brasil não aceitará suas fórmulas recessivas. O capitalismo precisa seguir novos rumos, através de um consenso geral. Não dá para nenhum empresário continuar ganhando na venda, na estocagem e pagando baixos salários. O governo não admite penalizar ainda mais os menos favorecidos. Essa determinação foi acentuada em seu diálogo com o presidente Ronald Reagan, em Washington, no ano passado.